

nário, tendo presente as experiências históricas conhecidas, era isto o que, após o 11 de Março, haveria que ter sido feito — e não tentar montar uma qualquer máquina de planificação, absolutamente inadequada à situação. Mas, uma vez mais, a expressão «haveria que» implica abstrair da natureza dos Governos Provisórios.

Idênticas análises são possíveis se atentarmos em questões como a articulação comércio externo-produção nacional e o problema emprego-investimentos. Enunciá-los-emos muito rapidamente, pois não são mais do que novas ilustrações duma mesma problemática. Mas são importantes porque, em qualquer dos casos, intervém o factor «independência nacional».

É sabido o elevado grau de dependência comercial da economia portuguesa: é crónico e crescente o *deficit* anual do comércio externo, concentrando-se uma elevada percentagem das importações e exportações num escasso número de países ocidentais. Acresce o facto de que só uma parcela reduzida das importações (abaixo dos dez por cento) se pode considerar «supérflua», e portanto teoricamente, ainda que não facilmente, eliminável. Pois o facto é que, quer compromissos externos, quer temores internos de colocar certos sectores «contra o processo», quer ainda o pânico de «represálias» terríveis por parte do imperialismo, não permitiram que se fosse além da aplicação de sobretaxas moderadas sobre essas importações (e mais uma série de outras «não essenciais» ou «substituíveis») — paliativo que qualquer Governo em dificuldades tem utilizado, indo até por vezes mais além do que isso. É duvidoso que tal medida tenha surtido sequer o efeito moderador que se esperava. De facto, o que se viu foi gradualmente diminuírem as importações e as exportações, sendo de admitir que a causa principal tenha sido, justamente, a também gradual diminuição da actividade económica global: no limite, é óbvio que, se a economia paralisasse por completo, eliminar-se-ia também por completo o *deficit comercial*...⁴⁰ O que

⁴⁰ Cálculos de quadrantes diversos (a equipa de especialistas do M. I. T., o grupo «Economia e Socialismo», o Banco de Portugal) insistem em que a dimi-

seria a actuação neste campo num período efectivamente revolucionário?

Os princípios gerais são conhecidos: nacionalização do comércio externo, rápida reorientação dos «parceiros comerciais» externos, apertada austeridade, indo, geralmente, até ao racionamento de bens essenciais (sem falar na eliminação drástica dos supérfluos). Também aqui se torna indispensável aprender as lições de outrem, de modo a minimizar os chamados «custos da Revolução». Dada a estrutura razoavelmente diversificada da indústria portuguesa e a existência de uma capacidade técnica (em termos humanos) largamente subaproveitada — o que não tem paralelo com qualquer dos antecedentes históricos —, não é de nenhum modo impensável que tal situação, se assente numa *enorme mobilização de energias*, pudesse conduzir a numerosas «soluções nacionais» para problemas cuja solução nos habituámos a importar do estrangeiro ⁴¹. Isso pressuporia, naturalmente, a absoluta prioridade à produção de «coisas socialmente úteis» sobre as estritamente «rendíveis». E pressuporia algo curiosamente talvez bem mais

nuição do Produto Interno Bruto em 1975 não terá excedido os três por cento, o que não seria, afinal, nada nunca visto. Mas convém não esquecer que o cálculo do P. I. B. em unidades monetárias implica que sejam contados como «produto» os salários de empresas sem produção e os do funcionalismo público (fortemente empolados em 1975, por exemplo, pela criação do quadro de adidos). Pelo contrário, se considerarmos que os factores que essencialmente determinam as variações *reais* de produto (físico) são as taxas de variação da produtividade e do emprego *produtivo*, não se poderá ser tão optimista: tanto uma como outra terão sido francamente negativas — o que é normalíssimo em situações de crise pré-revolucionária.

⁴¹ Não é difícil imaginar que, numa situação de verdadeira «mobilização colectiva», fosse viável motivar os trabalhadores para a invenção de soluções que permitissem, com os meios técnicos disponíveis, substituir numerosas importações. Seria uma espécie de «concurso» de imaginação revolucionária, em que cada um, cada unidade de produção, cada colectivo de trabalhadores se sentiria comprometido. Sendo certo que se adoptariam as soluções de menor custo, o critério fundamental não poderia ser, em tal situação, o de atingir «preços competitivos». Já se estaria dentro de *outra* lógica, em que o *politico* estaria «no posto de comando». Recordamos aqui, a propósito, o aproveitamento que, dentro de tal espírito, se podia fazer de muito material de apoio militar que ficou inutilizado no fim das guerras coloniais. Muito depósito de água autoportado (facilmente transformável para combustível), muito motor de camiões semidesfeitos, muitos grupos de iluminação, etc., poderiam ser aproveitados e adaptados para fins de desenvolvimento rural, consolidando ainda a ligação indispensável entre os soldados e os trabalhadores.

difícil: uma solidariedade revolucionária internacional. Com efeito, bem sabemos quanto Guevara se bateu por que as relações económicas entre países socialistas se processassem em termos de solidariedade revolucionária, desligando-as do «sistema mundial de preços»⁴², e também as desilusões que isso lhe reservou. Não vamos alongar-nos sobre este ponto: basta assinalarmos que os riscos neste campo seriam grandes, mas só em face de *riscos* se pode falar de *arrojo*, ou não será? O importante seria o sentimento de «resistência colectiva» que esta política de «ruptura» no sector das relações externas necessariamente despertaria, desde que o esclarecimento político fosse permanente, e os trabalhadores tivessem, então, a *certeza* enfim de estar a trabalhar para si próprios, a criar uma *sociedade nova*. Só para dar um exemplo: qual a dificuldade em demonstrar que o racionamento não seria nada de novo? Ele *faz-se hoje* por meio das diferenças de nível de vida: é um racionamento sem esse nome. Um racionamento «socialista» pode mesmo beneficiar uma larga maioria da população, se for suficientemente *desligado* do sistema de preços de mercado⁴³. A distribuição gratuita ou a muito baixo preço de leite

⁴² Algumas passagens do discurso de Argel, em Fevereiro de 65: «O desenvolvimento dos países que se lançam na via da libertação [do imperialismo] tem de ser pago pelos países socialistas. (...) Cremos que (...) não deve voltar a pôr-se a questão de desenvolver um comércio para mútuo benefício, na base de preços viciados à custa dos países subdesenvolvidos pela lei do valor e pelas relações internacionais de troca desigual que ela implica. Como se pode chamar “benefício mútuo” à venda a preços do mercado mundial de produtos brutos que custam aos países subdesenvolvidos esforços e sofrimentos sem limites, e a compra a preços do mercado mundial de máquinas produzidas nas grandes fábricas automatizadas actualmente existentes? Se estabelecemos este tipo de relações entre os dois grupos de nações, devemos convir que os países socialistas são, em certa medida, cúmplices da exploração imperialista. (...) Os países socialistas têm o dever moral de liquidar a sua cumplicidade tácita com os países exploradores do Ocidente» (SH, pp. 72 e 73).

⁴³ A propósito do racionamento em Cuba, diz J. Vallier: «Os detractores da Revolução Cubana, a fim de mostrar o efeito nefasto da Revolução sobre o nível de vida do povo, insistem na existência de um racionamento. Mas esquecem que, de facto, o racionamento, tal como está organizado em Cuba, significa que os níveis de consumo não são determinados pelas diferenças sociais ou de riqueza. Ele significa *uma maior igualdade*, na medida em que cada cubano tem os mesmos direitos na distribuição dos *bens de consumo essenciais* de que dispõe a sociedade» (op. cit., pp. 1613-14).

ou de carne a todas as crianças em idade escolar, por hipótese, mesmo em quantidade racionada, iria, sem dúvida, beneficiar muitíssimo mais crianças (que hoje só raramente têm acesso, por razões económicas, a tais produtos) do que as que iria «prejudicar».

Quanto à segunda questão (investimento-emprego), também não foi possível passar das afirmações de que «é necessário criar empregos», e para isso «relançar o investimento». Elaborou-se um extenso «programa nacional de emprego» que, naturalmente, se limitou a assistir impotente... ao aumento crescente do desemprego. No que toca a projectos de investimento, os Governos pós-11 de Março não tomaram praticamente uma iniciativa importante, dando quando muito seguimento a projectos que vinham de trás, a maioria dos tempos do fascismo. De todos eles, aliás, os únicos em princípio interessantes dentro de uma óptica «progressista» (para simplificar) eram o da beterraba e o dos tractores, vindos do III Governo. Com efeito, eram projectos industriais intimamente ligados à agricultura (e motores de desenvolvimento agrícola e pecuário), criadores de emprego, podendo aproveitar recursos e capacidades produtiva e técnica nacionais, com um efeito considerável na diminuição da dependência externa⁴⁴. Quanto aos restantes projectos, eram todos muito discutíveis, sob qualquer desses critérios. Eram de um modo geral projectos altamente dispendiosos em capital, exigindo vultosos financiamentos externos, de tecnologias estrangeiras sofisticadas, criando proporcionalmente muito poucos postos de trabalho e fortemente dependentes de mercados externos. Os três projectos autorizados nessa fase (as duas petroquímicas e a fábrica de anilinas do Amoníaco Português) respondiam todos a estas características. O último, em particular, constituía uma perfeita aberração, cuja aprovação só é explicável pelas relações extremamente equívocas e contraditórias

⁴⁴ Isto independentemente da forma como foram lançados, que foi, no caso da beterraba, totalmente errada: por isso ainda continua a marcar passo. Esqueceu-se que uma fábrica de açúcar de beterraba não pode funcionar sem primeiro se ter equacionado e resolvido o problema agrícola, isto é, a produção de beterraba...

entre o Governo e os trabalhadores: isso levou o Governo a ceder a uma exigência destes (ao nível de *uma* empresa) que ia claramente *contra* os interesses dos trabalhadores *em geral*. Uma vez mais se revelava a debilidade do conceito do «Estado ao serviço dos trabalhadores»: era apenas um Estado que, afirmando-se como tal, na realidade buscava conquistar a confiança dos trabalhadores cedendo-lhes no «caso a caso» — e deste modo contribuindo para a sua divisão. Um poder revolucionário, ao contrário, privilegiaria o estudo *colectivo* dos problemas, a nível local, regional ou sectorial, por parte dos próprios trabalhadores. Seria impensável, é claro, virem os trabalhadores de *uma* empresa, ainda por cima de um sector nacionalizado, reclamar do Governo um investimento rigorosamente incompatível com os critérios em tal situação pre-valetentes: produção de «coisas socialmente úteis» (naquele caso: produção totalmente para exportação), criação de empregos com baixo investimento (naquele caso: investimento da ordem de seiscentos mil contos, cerca de cem postos de trabalho!), independência nacional (naquele caso: dependência total de mercado externo, capitais e tecnologia estrangeira, participação mínima da indústria nacional). Teriam de ser os trabalhadores a ultrapassar as contradições que entre si próprios se levantassem, a discutir politicamente a oportunidade de tal investimento, a avaliá-lo em articulação com um programa sectorial, etc., etc. — e não temos dúvidas de qual seria, nessas circunstâncias, a sua decisão final.

Na realidade, os investimentos continuaram a ser avaliados segundo os critérios capitalistas tradicionais — ou simplesmente a ser acenados com fins de propaganda, como nos melhores tempos caetanistas. É o caso de Alqueva e das piri-tes, de que tanto se falou nesses agitados meses [e continua a falar... agora «para glória» do Governo P. S.!), mentindo pura e simplesmente quanto ao avanço dos estudos respectivos, tomando decisões de «andar para a frente com o projecto» quando mal se conheciam (ou se desconheciam mesmo) as suas variáveis fundamentais. Quando é certo que se trata de

dois projectos *em princípio* do maior interesse, que mereciam bem melhor do que servirem de novos «Sines pós-25 de Abril». A propósito, aliás, não será estranha ao bloqueio do segundo daqueles projectos a megalomania do Gabinete da Área de Sines, herdada de trás, de quando era o menino-bonito de Marcelo, a quem se continuaram a alimentar as fantasias tecnocráticas, oferecendo-lhe um disparatado projecto adubeiro (durante o III Governo) sobre o qual ainda hoje continua a tecer mirabolantes visões — em lugar das quinhentistas caravelas, partindo à aventura das praias do Restelo, teríamos agora a versão moderna de autênticas esquadras levando os nossos adubos ou o nosso ácido sulfúrico para mercados desconhecidos... Enfim, eis aqui um exemplo mais da manutenção de estruturas, da persistência de um aparelho de Estado que «engoliu» dois Governos e mais as tiradas revolucionárias que houveram por bem proferir. E é tão fácil de ver como as coisas se passavam: um Gabinete de Sines, como mil outros gabinetes, organismos e serviços, inundavam o respectivo secretário de Estado ou ministro com papéis para «despacho urgente» («se não pára tudo, e os trabalhadores vêm por aí a cima», etc.), que não lhes davam sequer tempo para se dar conta de que, de qualquer modo, já estava tudo «parado», como sempre estivera. De que, no fim de contas, o importante era usar novos critérios, curto-circuitar as estruturas burocráticas, deixar mesmo que «os trabalhadores viessem por aí acima». Mas, acabamos sempre no mesmo ponto, isso seria ir para soluções de ruptura — por isso se não foi.

Entretanto, iam-se elaborando estudos muito clássicos sobre a conjuntura, as intenções de investimento (!), as estratégias de planeamento (!). Ia-se reunindo semanalmente a comissão encarregada de aplicar o Plano Nacional de Emprego, em que era muito «apreciado» o papel desempenhado por um oficial da 5.^a Divisão que tentava «dinamizar» os funcionários que os Ministérios se dignavam enviar a tão inoperantes conciliábulos. E, de longe em longe, a «equipa económica» era chamada para dar umas lições de economia ao Conselho da

Revolução ou a qualquer das suas comissões — enquanto, aliás, numerosos militares, em não menos numerosos gabinetes, tomavam por sua conta e risco decisões políticas com sérios efeitos económicos e decisões económicas com ainda mais sérios efeitos políticos.

Como admirarmo-nos de que, ao mesmo tempo que tudo isso se passava, a burguesia tenha podido voltar a reunir forças, tenha podido aproveitar-se de uma situação *por si própria criada*, de cujo agravamento, à falta de alternativa, seria a grande beneficiária, e a que o movimento de massas, espontâneo e forte, mas desorganizado, não podia só por si responder em termos revolucionários? Como admirar-nos de que, afinal, o que de mais sólido ficou tenha sido a Reforma Agrária, único caso em que o movimento imparável e ávido das massas impôs uma verdadeira «ruptura» e arrastou os aparelhos e as burocracias diante de si? Mais: foi esse o único caso em que foram criados *novos órgãos* de Estado descentralizados e profundamente ligados às massas (os Centros Regionais da Reforma Agrária), com larga autonomia, e tendo por função justamente apoiar esse movimento de massas. É, aliás, útil recordar que o distrito onde a implantação sindical era mais forte (o de Beja) foi aquele onde mais tarde se iniciaram as ocupações de terras, já então «organizadas» nas famosas caravanas. E, também, que as zonas onde as ocupações se desenvolveram com maior dinamismo eram áreas de influência de unidades militares empenhadas na Reforma Agrária e que a ela davam o seu apoio.

Isto é, sem abordar a fundo a questão da Reforma Agrária, de que não somos especialistas e que outros certamente virão a esclarecer e a historiar em toda a sua riqueza política, parece-nos indiscutível que se tratou de um autêntico movimento revolucionário de massas, que se subtraiu aos aparelhos tradicionais, e que uniu soldados e camponeses numa tarefa de radical destruição das estruturas fundiárias e das relações de produção no campo. Aí se praticou uma legalidade revolucionária, colectivamente assumida. Aí se puseram em causa os critérios

capitalistas correntes e se olhou a produção como um acto eminentemente *político*. Por isso, ainda que algo possa «retroceder» (e uma reinserção da produção agrícola na lógica do mercado e dos circuitos de comercialização capitalistas é um meio indirecto mas muito poderoso de atacar a Reforma Agrária), o essencial da Reforma Agrária é irreversível: o assumir colectivo do princípio «a terra a quem a trabalha», a resistência colectiva e de dentes cerrados com que terão de contar aqueles que se proponham destruí-la.

Enfim, uma nota importante relativa a um aspecto que só pontualmente foi mencionado ao longo deste texto: a questão da independência nacional. Na realidade, apenas queremos chamar a atenção para que todos os exemplos de «ruptura» que fomos dando, e cuja inviabilidade constatámos face à natureza do poder político, pressupunham uma firme determinação de «independência nacional». Com efeito, a tomada de todas essas medidas por um poder revolucionário, rompendo internamente com uma lógica de mercado, o que por sua vez implicaria, como se viu, um «proteccionismo socialista» pela via do controlo total do comércio externo, aprofundaria inevitavelmente a «desagregação económica capitalista» (o que é normal em todas as situações pós-revolucionárias, questão desenvolvida no Cap. II; segundo Bukharine: «A desintegração revolucionária da indústria é um estágio historicamente inevitável que nenhuma lamentação evitará. A revolução comunista, como qualquer outra revolução, é acompanhada de uma degradação das forças produtivas») e faria decididamente desvendar sem disfarces aos trabalhadores portugueses o inimigo principal: o imperialismo, o capitalismo internacional. Pois se é certo que, desde o 25 de Abril e mais ainda depois do 11 de Março, os boicotes intencionais ou objectivos ao «processo» português foram constantes, se foi o sistema mundial, como um todo (em que se inclui, é claro, a sua «parcela» nacional), que desgastou e desregulou os mecanismos económicos internos, acusando disso um poder político

«de esquerda»⁴⁵ — se assim é, com efeito, o facto é que os paliativos encontrados, os falsos apoios anunciados, a própria opacidade da economia, quando «vista» de uma única empresa, a recusa (por estranhos temores de agravar ainda mais a situação) de uma informação aberta e verdadeira, contribuíram para que os trabalhadores não tivessem plena consciência do ataque cerrado de que era objecto a sua luta por uma «sociedade nova». Basta dar como exemplo que o enunciado *real* da situação económica era desaconselhado, pois «quem falava de caos económico era o Spínola» e, portanto, estar-se-ia a fazer o «jogo da reacção». Ora, em Junho de 75, quando se tratou de expor ao Conselho da Revolução os problemas económicos, o quadro geral que foi pintado estava longe de ser optimista. Respigamos de um documento da altura, elaborado no Ministério do Planeamento, os seguintes tópicos caracterizadores da situação económica: «Deterioração acelerada da balança de pagamentos; agravamento do desemprego (regresso de militares, colonos, etc.); quebra na produção industrial⁴⁶ e no investimento; inflação latente; *donde* situação de crise com tendência para agravamento a curto prazo.» O P. A. P. revela que «a situação é muito grave, mas não assustadora» e exorta os trabalhadores a «optar pelo socialismo» — mas, no fundo, o que propõe é salvar a *coligação governamental* e incumbi-la de mais um plano de transição para 1976-77-78! Curiosamente, após os «meses quentes» (Março a Setembro) e, prin-

⁴⁵ O C. D. S. é bem o porta-voz privilegiado do imperialismo: foram, é claro, aqueles de quem é o representante político que paralisaram empresas, que despediram, que fugiram para o estrangeiro, que levaram capitais, que subfacturaram, etc., e, no entanto, é ele que «acusa» e que se propõe «salvar» em nome do «interesse nacional!» Tais «salvadores» já nós bem conhecemos: são os que nos levaram ao estado em que estávamos em 25 de Abril, e depois não cessaram de o agravar.

⁴⁶ A equipa que então prenunciava uma quebra no P. N. B. em 1975 da ordem dos seis por cento (valor retomado no Plano de Acção Política do M. F. A., de 21 de Junho), a manterem-se «as actuais condições de produção», conclui agora *a posteriori*, surpreendentemente, que não terá excedido os três por cento. Em última análise, isso poderá parecer um elogio à acção do VI Governo, pois não é de supor que tenha sido possível, nos dois meses seguintes, criar as tais novas condições de produção.

cialmente, depois do 25 de Novembro, mantém este sector a mesma perspectiva, agora «para que se não diga que fomos nós os responsáveis». Mas não seria (teria sido) muito mais correcto «dizer a verdade», ou seja, que a situação económica é (era) *de facto* desastrosa e apontar sem hesitações os autênticos responsáveis, demonstrando-o com clareza e precisão? As massas trabalhadoras saberiam extrair daí as consequências: deparar-se-lhes-iam como únicas alternativas possíveis a «recuperação capitalista» (que ninguém, é claro, quer assumir *com esse nome*) ou a via revolucionária (em que bem poucos dirigentes políticos também querem ouvir falar, quanto mais preconizar).

Ora, numa situação *inequivocamente* revolucionária (isto é, em que ninguém pudesse ter dúvidas de que *uma revolução* estava em curso), o problema da independência nacional apareceria com total limpidez, despido de todos estes «jogos» de aparelho. Ele seria a alavanca fundamental da tal «mobilização colectiva», da descoberta de soluções impensáveis noutras circunstâncias, do espírito de resistência a todos os níveis. Então adquiririam todo o sentido os famosos «sacrifícios» tantas vezes anunciados, e a «batalha da produção» seria assumida por cada um e por todos como uma batalha de vida ou de morte. Claro que se podem imaginar mil dificuldades a vencer, mil obstáculos intransponíveis: para onde iríamos exportar? De onde nos viriam os créditos externos? E o dinheiro dos emigrantes? E os turistas? Podem imaginar-se formas de, ao menos, abordar estas várias questões — já demos alguns elementos para isso. Mas preferimos recordar o que uma vez disse Lenine a um dirigente comunista checo que sublinhava as dificuldades que encontrava no seu país a acção revolucionária: «O erro de esquerda é simplesmente um erro, não é grave, e é fácil de corrigir. Mas um erro que põe em causa a resolução de passar à acção (um erro de direita), já não é um pequeno erro, é uma traição. Não há medida comum entre estas duas espécies de erro.» O que simplesmente significa: *não sobrestimar* as dificuldades.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

— A REVOLUÇÃO EM PAÍSES «INTERMÉDIOS»

Tanto o Chile como Portugal puseram pela primeira vez em evidência os problemas concretos da revolução e da transição para o socialismo em formações sociais capitalistas «intermédiás», situadas, no quadro do sistema capitalista mundial, a «meio caminho» entre os países economicamente desenvolvidos (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão) e as largas dezenas de países africanos, asiáticos e latino-americanos que constituem a orla ultra-explorada — e por isso mesmo vital — do sistema. É certo que são bem marcadas as diferenças e as distintas funções, nessa estrutura mundial fortemente integrada, dos dois países: o Chile muito mais directamente dominado pelo imperialismo americano (que explorava as suas principais riquezas naturais, em particular o cobre, e dominava muitas das suas maiores empresas e grande parte do seu comércio externo), e com uma tradição de longas décadas de «democracia burguesa»; Portugal, pelo contrário, acordando de meio século de fascismo, sem recursos naturais próprios de importância determinante, sujeito a uma forte dominação económica mas muito mais difusa e mediada pelo subimperialismo europeu, arrogando-se o papel de última potência colonial e servindo afinal de intermediário privilegiado à dominação imperialista sobre ricos territórios africanos. O facto é

que, reserva feita a essas diferenças, ambos os países apresentavam estruturas económico-sociais relativamente próximas. Não só os indicadores globais são da mesma ordem (por exemplo, em 1970 o rendimento nacional *per capita* é, em ambos, de cerca de setecentos dólares; a participação da indústria transformadora no produto interno é de 28,5 por cento no Chile, de 34 por cento em Portugal — mas devendo salientar-se que as mais baixas percentagens chilenas derivam do «peso» do sector mineiro, incomparavelmente superior nesse país) mas, o que é essencial, a estrutura social apresenta também traços comuns, que grosseiramente se traduzem na muito desigual repartição da riqueza global sugerida por aqueles indicadores. Em qualquer dos casos, ainda que o sector agrícola esteja longe de ser preponderante (recorde-se que na Rússia de 17 mais de 65 por cento da população era agrícola, na China de 49 mais de 80 por cento, e mesmo na Cuba dos anos 50 excedia os 40 por cento), havia um problema agrário grave, em termos de estrutura fundiária, com sistemas de violenta exploração e espoliação, parcialmente ainda utilizando formas pré-capitalistas (de origem colonial, num caso, de origem feudal, no outro). Em ambos, também, ao sabor de uma urbanização desenfreada e de uma industrialização acelerada nas últimas décadas, se haviam desenvolvido «camadas médias» de pequenos empresários, empregados de serviços, funcionários, profissões liberais, etc., impregnados de ideologia pequeno-burguesa (o sector terciário, do funcionalismo e dos serviços, representava, nos dois países, mais de 40 por cento do Produto Interno — o que vale como «indicador» apenas, pois o que caracteriza tais sectores, em geral, é precisamente a sua natureza improdutiva) e, simultaneamente, se havia agravado o problema habitacional suburbano em redor das grandes metrópoles. Mas, sobretudo, a penetração imperialista — por via americana ou europeia, pouco importa — revelava-se um poderoso «agente ideológico» de imposição de modelos de consumo, de comportamentos e aspirações sociais, ou seja, de «conformismo» e «conservadorismo» políticos — no mais

forte sentido, e não apenas eleitoral, da palavra *política*. Isto é, a pressão ideológica tende a aglutinar no tal amálgama das «camadas ou classes médias» várias fracções de classe com distintos interesses *objectivos*, mas com aspirações *manifestas* relativamente afins.

É esta, sem dúvida, uma das dificuldades maiores que defronta um processo revolucionário em tais países. Ela que *explica* a inviabilidade de transformações radicais por via eleitoral, mas ela que *exige* de uma direcção política revolucionária muito mais do que estratégias de «aparelho» ou do que capacidade para efectuar enormes manifestações de rua. Estamos colocados perante a problemática com que Gramsci se debatia nos anos 20-30 (ver Cap. I, pp. 49 a 52). Como conseguir a «hegemonia»? Como «desagregar a sociedade civil, subtraindo as classes subalternas à influência ideológica das classes dirigentes»? Como tornar o «partido» um «intelectual colectivo»? Com efeito, se admitirmos que «a luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político», convirá examinar se os casos chileno e português nos não fornecem dolorosos ensinamentos pela negativa. Se não terá residido na não observância dessa proposta gramsciana o principal obstáculo ao desenvolvimento da luta revolucionária, o factor que terá permitido ao Estado burguês ultrapassar a primeira fase da «crise» — pois, em Portugal, ainda não saímos plenamente dela.

Ora, no caso português, parece não oferecer dúvidas que, em termos ideológicos, a acção desenvolvida por todas as supostas «vanguardas» (incluindo nestas o P. C. P. e os chamados «sectores progressistas do M. F. A.») foi extraordinariamente recuada. Na maior parte dos casos dirigiu-se justamente às «aspirações pequeno-burguesas», tentando — sem o conseguir — satisfazê-las ou alimentá-las, em lugar de despertar tais «camadas» ou «grupos sociais» para soluções revolucionárias, ou de «ruptura». Isto já sem falar dos grupos auto-intitulados de esquerda revolucionária, que apenas se preocupavam com armas, com a «revolução socialista» que anunciavam para breve, com a obsessiva «reconstrução do Partido», com um «poder popu-

lar» de que nunca souberam que fazer. Questões destas (a pequena-burguesia, as alianças de classe, a «hegemonia», etc.) passaram-lhes à margem, e nem sequer se dignaram olhar para elas.

Sucede que estas famosas formações sociais «intermédias», que trazem consigo tão incómodas questões (que, um dia, talvez não tão longínquo, se virão a pôr ainda com maior acuidade em países *enfim* de «capitalismo avançado»), contêm também elementos favoráveis a um processo revolucionário. Trunfos com que não podiam contar os homens das «revoluções camponesas». E não é por acaso que esses elementos favoráveis têm a *mesma origem* que os que dificultam o processo: nomeadamente, um desenvolvimento industrial já apreciável, uma «base material» já bastante diversificada, ainda que fortemente dependente. É natural: todo o processo dialéctico gera «contrários», determina sucessivas contradições. Nesse sentido, seríamos tentados a dizer que a questão de saber se a revolução é mais «fácil» ou mais «difícil» em países mais ou menos desenvolvidos, é afinal uma falsa questão: as contradições a resolver é que serão outras, e a outros níveis. Dirão alguns, esquematicamente, que a contradição principal é sempre a mesma: entre burguesia e proletariado. Só que, ficando por aí, não vão longe. Tal contradição desdobra-se em numerosas outras, sem resolver as quais, numa dada *situação concreta*, a batalha está perdida. Se assim não fosse, nem sequer valeria a pena falar de alianças de classe, como é óbvio.

Pois, nesta perspectiva, o próprio desenvolvimento capitalista, ao gerar o tal «amálgama ideologicamente pequeno-burguês» (de que, diga-se de passagem, o Partido Socialista é entre nós a imagem acabada — pelo que não é de espantar que tenha sido ele o suporte da «sociedade civil» que não houve capacidade revolucionária para «desagregar», tudo tendo sido feito, pelo contrário, para a consolidar), gera simultaneamente «capacidades sociais» que podem e *devem* ser utilizadas por um movimento revolucionário.

Demos numerosos exemplos, para o caso português, de

«soluções alternativas», que o poder existente não *podia* aplicar, mas que um movimento revolucionário tinha *obrigação* de propor às massas, ao movimento popular. Algumas dessas soluções, aliás, começaram a ser aplicadas nesta ou naquela empresa, nesta ou naquela cooperativa, a partir das *necessidades práticas*: competia a uma direcção política demonstrar a inviabilidade de tais tentativas, quando *isoladas*, ou seja, desvendar-lhes o seu sentido político eminentemente colectivo e a sua incompatibilidade com a lógica do modo de produção capitalista — que acabaria por esmagá-las, como tem vindo a acontecer. Em vez disso, dizia-se: «a vossa única salvação é a intervenção do Estado», com o que se reforçava um controlo burocrático, se mistificava a natureza do Estado e se escondia ser *outra* a «única solução» — ainda que, em numerosos casos, pudesse ser esse o único «paliativo», de momento. Mas, ainda assim, não é a mesma coisa forçar a intervenção do Estado *de fora* (o que permite justamente colocar a questão da sua «natureza») ou de *dentro* do próprio Estado... Em muitas situações, contudo, as soluções de ruptura não emergiam imediatamente da prática social, até porque o sistema capitalista se caracteriza pela separação dos produtores (e dos trabalhadores em geral) uns dos outros, em unidades e locais de trabalho distintos, em actividades compartimentadas, articuladas precisamente como uma estrutura complexa dificilmente apreensível ao produtor individual (ou mesmo ao nível do simples colectivo de trabalho). Competiria ao «intelectual colectivo», em cada situação concreta, face a cada «resposta» titubeante de um poder fraco, pôr alternativas *novas*, revolucionárias, mobilizadoras — fundadas numa contra-ideologia que não poderia ser outra que a dos «princípios socialistas», da «utilidade colectiva», da «independência nacional»⁴⁷, tudo isto não em termos de *slogans* mas de «solu-

⁴⁷ Quanto à questão da independência nacional, teria sido indispensável, no caso português, desmontar rigorosamente todo o processo de descolonização, todas as manobras imperialistas que conduziam a situações de ruptura entre Governos e *não* entre povos, demonstrar o papel fundamental dos movimentos de libertação

ções concretas». Teria de passar por aí a tal «desagregação da sociedade civil» de que fala Gramsci, tarefa simultaneamente política e ideológica. Em torno destas propostas concretas, e das lutas que em torno delas se travassem, se teriam de cimentar as alianças de classe — mais correctamente, se teria de constituir o novo bloco histórico. E ousamos pensar que o seu poder desmistificador e a sua «exequibilidade» (justamente com base no aparelho produtivo disponível, e nas capacidades humanas existentes e desaproveitadas) poderiam mobilizar, no sentido profundo, largas massas hesitantes e falsamente «conformadas». Um vigoroso apelo à imaginação, ao esforço colectivo, à «capacidade de libertação», seria ouvido — se assente no «realismo revolucionário», se emitido por uma direcção política embrenhada no movimento de massas, insuspeita de alianças tácticas de cúpula ou de estratégias de gabinete.

As fases de crise pré-revolucionária são particularmente favoráveis a este trabalho ideológico-político, a esta «revolução cultural preparatória». Pensamos mesmo que nos países capitalistas avançados, tal acção só é possível no quadro de uma crise política da «democracia» que pode ter diversas origens e pode mesmo implicar uma crise internacional de importância maior. Nessa perspectiva, e dentro dos precários equilíbrios existentes, é óbvio que uma «Frente Popular» pode, em certas condições, desencadear uma situação pré-revolucionária. A Itália, a Espanha e a França terão por certo, a curto prazo, algo a acrescentar sobre esta questão. Talvez mesmo isso venha a revelar-se historicamente determinante neste último quarto de século. Mas aí, de novo, haverá que resolver a questão decisiva que é a do *lugar* em que se colocará, da estratégia que adoptará, o partido «potencialmente» revolucionário, o «partido de massas» — em última análise, se as grandes massas trabalhadoras não irão ficar «bloqueadas» e

das ex-colónias na criação de condições para a libertação dos trabalhadores portugueses, a *necessidade* para estes, em situação revolucionária, da solidariedade e do apoio desses povos (e vice-versa).

desarticuladas, enquanto não surja da sua própria acção, do seu movimento, uma nova geração de quadros políticos revolucionários, que poderão chegar tarde de mais. Mas será possível que a revolução mundial ainda tenha de passar por uma nova era de fascismos (ou parafascismos) europeus? Não se trata de qualquer fatalismo. Coloca-se apenas, desta forma extrema, uma questão vital: a da direcção política do movimento de massas à escala europeia.

*

Enfim, porque chamámos a estas conclusões *provisórias*? Provisórias, por um lado, pela elaboração apressada do trabalho a que se referem, que pode bem ter deixado na sombra elementos de análise relevantes. Provisórias, ainda, porque, como sublinhámos, o «caso português» não está terminado, em termos de crise pré-revolucionária. As eleições presidenciais, com a grande «surpresa» que para muitos terá sido a votação em Otelo, vieram confirmá-lo.

O movimento popular, durante alguns meses desorientado e com dificuldades para enfrentar os ataques que lhe foram movidos (desocupações, rusgas, despejos, regresso de patrões e endurecimento patronal, extinção do Copcon, «saneamento» militar, reforço de aparelhos repressivos, propaganda intensiva e caluniosa de órgãos de informação cada vez mais fascizantes, quando não abertamente fascistas, etc., etc.), abandonado totalmente pelo «partido potencialmente revolucionário», empenhado em defender a todo o custo o aparelho e em manter alguma força nos órgãos do poder (a frase de Pato no debate televisivo entre os candidatos — «mais ou menos movimento popular, isso não vai alterar a composição da Assembleia da República» — é a expressão exacta de uma estratégia que, acima de tudo, privilegia as instituições, o poder do Estado), pois esse enfraquecido movimento popular conseguiu, dinamizado pela candidatura de Otelo, fazer algo de ver-

dadeiramente «original»: manifestar a sua imensa força latente no próprio terreno do adversário — o terreno eleitoral⁴⁸. A facilidade com que, no seguimento de uma campanha curtíssima, a «proposta Otelo» atraiu metade dos eleitores do P. C. P. (cujas estabilidade fora evidente entre Abril de 75 e Abril de 76) e uma larga franja de eleitores do P. S., dá bem conta das potencialidades existentes no que respeita à constituição do «bloco histórico» alternativo. E bem assim da exigência que as próprias massas formulam de direcção política que delas parta e com elas permanentemente se confronte, *aos níveis concretos da acção*.

É certo que toda a crise pré-revolucionária põe sempre um pedra mais, dolorosa quantas vezes, no edifício do «conhecimento revolucionário». Portugal foi mais longe do que o Chile, quanto mais não seja pela total implicação das Forças Armadas no processo de luta de classes. Mas o maior ensinamento que terá trazido aos processos que venham a suceder-se em formações sociais do mesmo tipo, ou mesmo mais «avançadas», foi decerto o da *possibilidade* de arrancar, de forma *persistente* e pela sua própria acção, largas massas de trabalhadores à «hegemonia» burguesa (incluindo a sua expressão reformista), e também o da *necessidade* de traduzir essa aspiração profunda de ruptura num programa e numa prática políticas que lhes dê coesão e atraia para o seu campo todos aqueles que, com o agravamento da crise, poderão resvalar para uma fascização. As combinações governamentais e parlamen-

⁴⁸ Aos que fossem tentados a comparar essa votação à de Março de 73 no Chile, também para muitos inesperada, convém recordar que, nesse caso, se tratava *ainda* de uma aposta no Governo de Unidade Popular: era um voto de confiança no poder de Estado, no ilusório «Estado ao serviço dos trabalhadores». O que é radicalmente distinto do voto de 27 de Junho, que é obviamente um voto *contra* o poder de Estado, consubstanciado quer num Eanes quase vencedor certo à partida, quer num P. C. P. que propõe um *governo* de maioria de esquerda. Um voto maciço em Pato seria, esse sim, de natureza política análoga ao voto de Março de 73 no Chile.

tares dificilmente lograrão, em tais condições, manter um qualquer «equilíbrio democrático»; e muito menos, ainda que o quisessem, contrariar a tendência inevitável para um poder cada vez mais forte e mais repressivo, até, como já aconteceu noutras paragens, acabarem por legitimar o fascismo. A resposta a isso *só pode* vir das massas organizadas. A ver vamos.

ANEXOS

ANEXO 1¹

FORMALIZAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA PRÉ E PÓS-REVOLUCIONÁRIA (Rússia, China, Cuba)

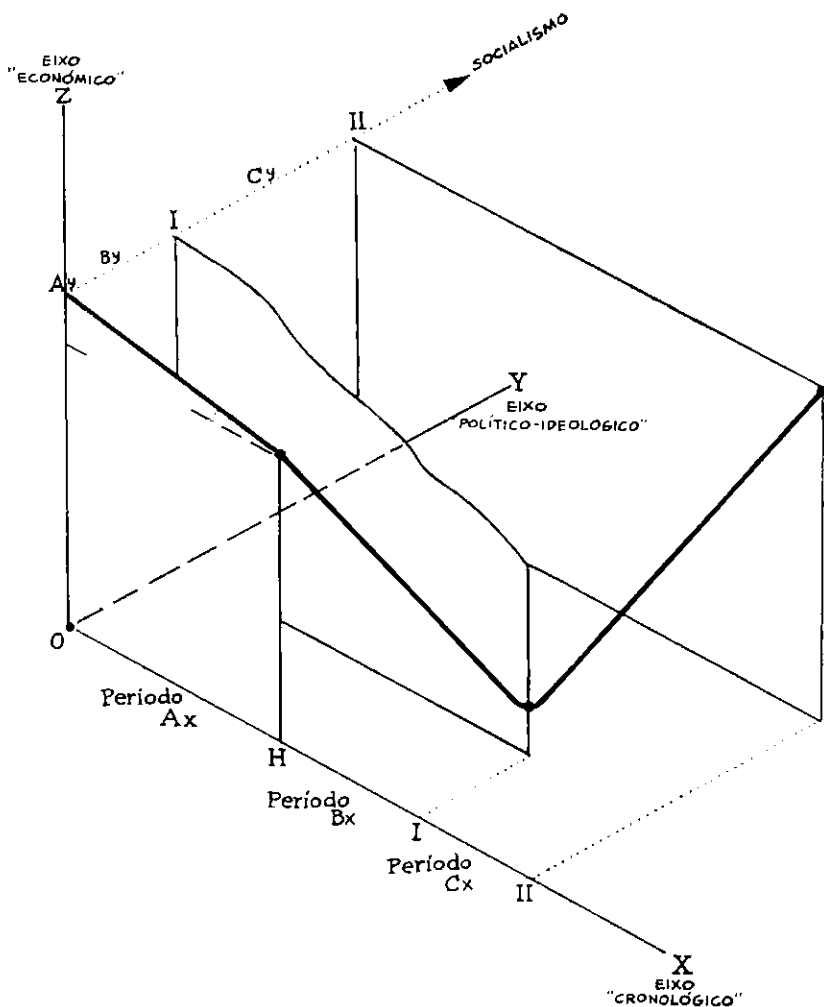
A formalização gráfica que apresentamos apenas tem por objectivo visualizar as considerações que se fizeram relativamente às questões de «desagregação-recuperação» económica nestes períodos e sobretudo deixar bem patente que, após a «recuperação», os níveis de actividade poderão ser idênticos aos de antes da crise pré-revolucionária, mas a *economia será outra*, e isso precisamente porque a *política* e a *ideologia* serão *outras*.

Num espaço a três dimensões, poderemos identificar três eixos de evolução: o eixo dos XX será simplesmente o eixo dos tempos, ou cronológico; o eixo dos YY é o eixo das transformações de estrutura, ou eixo político-ideológico; o eixo dos ZZ é o eixo do nível de actividade económica, ou eixo económico. Sendo óbvio o sentido do eixo cronológico, vejamos o sentido dos outros dois eixos. O eixo político-ideológico é aquele em que, à medida que nos afastamos da origem, a luta de classes se vai desenvolvendo no sentido de uma cada vez maior transformação nas relações de produção, de um crescente avanço das relações de produção socialistas. O eixo económico é aquele em que, por qualquer indicador ou conjunto de indicadores (que não interessa aqui especificar, pois situamo-nos no campo teórico, mas que, a título ilustra-

¹ P. 132.

tivo, se pode admitir serem indicadores de produção), se assinala a desarticulação geral dos mecanismos económicos — aproximação da origem — ou a recuperação geral da economia — afastamento da origem.

Vejamus então, no gráfico resultante, o significado de cada «zona» aí indicada.



Eixo cronológico

OH (zona Ax) — período pré-revolucionário. É aquele, como se pode constatar, em que a desagregação económica se inicia, sem transformações significativas no plano político-ideológico, concretamente, mantêm-se praticamente na íntegra as relações de produção capitalistas. Por isso o segmento da evolução económica se inscreve no plano XZ.

HI (zona Bx) — período de queda pós-revolucionário. Como se pode observar, acelera-se a desagregação económica (é maior a inclinação do segmento de recta, relativamente ao do período anterior). Mas agora essa evolução dá-se já simultaneamente com um início de progressão no eixo político-ideológico: dão-se as primeiras transformações revolucionárias em direcção ao socialismo. No momento Ix atinge-se o mais baixo nível de actividade económica.

I-II (zona Cx) — período de recuperação. É a fase em que se conseguiu *controlar* a economia e se inicia a recuperação até atingir os níveis de actividade anteriores à crise pré-revolucionária, a partir do que se poderá falar de «arranque» para o socialismo. No ponto final, que se situará ao mesmo nível, portanto, do ponto inicial, já serão profundas as transformações de estrutura, pelo que o plano XZ, em que se situa, se encontra bastante afastado do plano inicial.

Eixo político-ideológico

Ponto Ay — início da crise pré-revolucionária. Durante todo esse período não há praticamente transformações de estrutura importantes, pelo que a evolução é estritamente económica, mantendo-se A (mais correctamente $Y=O$) até final desse período.

OI (zona By) — é o período em que se efectuam as nacionalizações, arranca a Reforma Agrária, se produzem transformações fundamentais *dentro* das empresas (formas e critérios de gestão, controlo operário, experiências múltiplas de intervenção do Estado e dos trabalhadores, etc.).

I-II (zona Cy) — consolidação da nova «organização político-administrativa», das alianças de classe que suportam a revolução; aprofundamento da luta ideológica, avanço «político-cultural». Isto permite «segurar» e «relançar» a economia em novas bases.

Em relação aos três processos estudados (Rússia, Cuba e China) podemos identificar aproximadamente os vários pontos do gráfico. Assim:

	Rússia	China	Cuba
H	Out. 1917	Nov. 1949	Jan. 1959
I	1921	1950-51	1962-63 ²
II	1926-27	fim 1952	≈ 1965
1.º Plano	1929-32	1953-57	1966-70 ³

É interessante apreciar, através deste quadro, a duração dos «períodos de consolidação» pós-revolucionários. Assim: Rússia, 9-10 anos; China, 3 anos; Cuba, 5-6 anos. Vale a pena meditar na rigorosa correspondência, neste caso uma *relação inversa*, entre estas durações e as do período de luta armada pré-revolucionária: ao período mais longo (China) corresponde uma etapa de consolidação mais curta. Uma duração menor do primeiro (Cuba) determina um alongamento do segundo. Na Rússia, em que não existe o primeiro, transferindo-se a luta armada para *depois* da Revolução, temos o período de consolidação mais prolongado.

² Notar que, pelas circunstâncias apontadas no texto, os dois primeiros anos após a Revolução Cubana foram de certa «expectativa», marcados por uma estabilidade ou mesmo expansão económica. É a partir de 61 que de facto começam as grandes dificuldades económicas.

³ De facto, o I Plano Quinquenal global só agora vai ser elaborado, conforme Fidel anunciou no recente I Congresso do P.C.C. Mas o quinquénio de 1966-70 é geralmente tomado como referência em Cuba para efeitos de análise da actividade económica, pois nele já vigorou um plano açucareiro (além de outros planos parciais) determinante em toda a economia cubana.

ANEXO 2¹

TEXTO I: M. F. A.: MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO? ²

Não está feita a teoria dos movimentos de libertação. O que é um movimento de libertação? Em que difere de um partido político? O que essencialmente o caracteriza? O mesmo é dizer: o que têm de comum os movimentos que «de libertação» se intitulam e como tal, em consequência, actuam?

Interrogações tanto mais actuais para nós, Portugueses, quanto é certo ter-se o M. F. A., no seu Plano de Acção Política, precisamente proclamado como «movimento de libertação do povo português».

Embora se pudesse ir buscar bem mais longe exemplos de movimentos de libertação *em acto*, é após a Segunda Guerra que a luta contra o colonialismo populariza a expressão, com que se autodesignam tantas e tantas organizações, sobretudo em África, na Ásia, na América Latina. Na generalidade, tais movimentos caracterizam-se por se tratar de organizações políticas armadas, que se dão por objectivo fundamental subtrair o povo a que pertencem à dominação-ocupação colonialista ou imperialista. Por aqui se vê a distinção em relação aos partidos políticos: esses têm por objectivo a conquista do poder, com base num determinado programa, por meios políticos (não armados). A própria distinção entre os objectivos e os meios de acção de uns e outros deter-

¹ P. 223, nota 23.

² Publicado em *O Jornal*, 27-6-75.

mina, naturalmente, diferenças importantes nas respectivas formas de organização e de contacto com as massas. Um movimento de libertação tem de ser, todo ele, acção e mobilização em torno da ideia-chave «libertação». A larga adesão popular é-lhe vital, a pedagogia política tem necessariamente de actuar nos dois sentidos: as massas populares e os quadros político-militares têm de se conhecer e de se reconhecer, a aprendizagem é simultânea, só assim o movimento de libertação se identificará com as «massas em movimento». A crítica e autocritica permanentes são, nestas condições, uma indispensável prática a todos os níveis: daí nasce a disciplina revolucionária. Daí resulta que as massas aceitem os enormes sacrifícios que lhes impõe a luta de libertação.

Muitos movimentos que se intitularam «de libertação» falharam e desapareceram porque não ganharam aquela identificação, porque não conseguiram, através da sua prática, que as massas neles se reconhecessem. Ninguém mais ouviu falar deles. Outros, pelo contrário, souberam mobilizar, impregnaram as populações do seu espírito revolucionário, mergulharam nelas até às raízes da sua cultura ancestral, triunfaram. Argélia, Cuba, Vietname, Moçambique — apenas uns quantos que todos conhecemos.

O que há de original no facto de se assumir o M. F. A. como movimento de libertação? Em primeiro lugar, uma espécie de «inversão cronológica»: o M. F. A. reclama-se desse estatuto político mais de um ano depois de ter tomado o poder, quando, nos casos historicamente anteriores, a tomada do poder se verificou como desfecho da luta armada vitoriosa. O que é fácil de explicar, pois sabe-se que o M. F. A. se deu como tarefas prioritárias o derrube do fascismo e a descolonização externa. É a experiência do poder que precisamente lhe incute a noção de «colonização interna». Em segundo lugar, e por idênticas razões, a circunstância de, na ausência de uma implantação prolongada no seio das massas populares e da consequente fragilidade política, ter o M. F. A. confiado aos partidos políticos a tarefa de organização e mobilização populares, ter-lhes «entregue» a liderança política efectiva do processo revolucionário. Só que, por essa via, se acabou objectivamente por dar prioridade às questões de «estratégia do poder» (dominantes na acção partidária) sobre as de «libertação nacional — construção do socialismo», que acabaram por emergir como as decisivas face a uma progressiva degradação da situação económica e política,

impossível de enfrentar num contexto de multiplicidade de centros de poder constituídos ou tácitos. Mais grave do que isso, mas igualmente inevitável, o M. F. A. veio a reflectir no seu seio as desgastantes querelas partidárias, bem como as próprias relações de poder delas decorrentes. Isso terá seriamente prejudicado a sua capacidade de mobilização de massas e esse aspecto é de vital importância quando a tarefa nacional é enfim definida como «de libertação». Em terceiro lugar, por fim, o facto de, sendo o M. F. A. um movimento armado, a luta de libertação se travar por via não armada, e contra um inimigo fisicamente ausente: um sistema de exploração e dominação económica. Isto requer, como é evidente, uma capacidade de mobilização maior que a de um movimento de libertação em processo de luta armada, pois este vai buscar parte da motivação popular à própria violência do adversário.

M. F. A. — movimento revolucionário de libertação: esta por certo a grande novidade do Plano de Acção Política. Mas isso implica uma imagem do M. F. A. — e não apenas uma afirmação — claramente despida de inflexões partidárias. Implica que os vários centros de poder, militares e civis, em que o M. F. A. esteja representado sejam reconhecidamente revolucionários, mas não partidários (além de não interferirem constantemente uns com os outros — clarificação indispensável, também). Implica uma autocritica profunda. Implica cortes corajosos — ou não será a revolução *o grande corte*? Estas implicações não vêm explícitas no Plano de Acção Política, texto «de compromisso» em que todos encontram o seu quinhão. E é pena, porque as tarefas a enfrentar exigiam decisões (algumas, por certo, «impopulares») que não podem aguardar semanas.

Um movimento de libertação dispõe de um crédito de autoridade (revolucionária), na ausência da qual, em certas circunstâncias, só subsiste como alternativa a autoridade repressiva.

TEXTOS II: RAZÕES DE UMA DEMISSÃO
(EXTRACTO)
(16 de Julho de 1975)

(...)

1 — *Actuação dos partidos e projecto político*

Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unicidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

Refiro-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder à de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se digladiem: há operários e trabalhadores de diversos sectores, há pequena e até média-burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da Revolução Portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer

dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propositalmente indefinido (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores» cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).

Ora o tal bloco social antes referido *teria* de passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média-burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária», através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «Povo-M. F. A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com *todo* o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «Povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica *a priori*, mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distanciação dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma

autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesma, seria incontestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado, o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, etc., etc. — enfim, um projecto burguês patente. Do outro, o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrítica, da manipulação, da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., etc. — enfim, a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.

2 — *M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária*

E o M. F. A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março, foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de spínolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista» de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções, mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M. F. A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desen-

rolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo Ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M. F. A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas, mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o *direito* e o *poder* de tomar e aplicar.

O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M. F. A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuía competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Aí a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos três ou quatro meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocrítica. Teria sido decisivo que pro-

nunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quantos mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

(...)

ANEXO 3¹

COMPONENTES POLÍTICAS DAS SITUAÇÕES PRÉ-REVOLUCIONÁRIAS E DOS SEUS POSSÍVEIS DESFECHOS

A fim de enquadrar melhor os parâmetros políticos das situações pré-revolucionárias, das «saídas» possíveis e da situação de «democracia burguesa» estável que têm conhecido os países capitalistas, elaborámos um quadro em que se explicita a «força relativa» das três grandes componentes que nesses processos políticos intervêm: o *poder* dos trabalhadores (em que distinguimos o «movimento de massas» e a «direcção política» — efectiva ou «potencial»), o *poder* do capital, o poder de Estado. Junta-se, ainda, um quarto elemento, que, sendo um instrumento do poder de Estado, é útil explicitar na medida em que é determinante da evolução da luta de classes: o aparelho de «coesão social» (ou «repressivo», no sentido mais lato).

Algumas notas que completam o quadro:

— Se considerássemos o caso chileno, haveria que assinalar, como essencial para a «saída» conhecida (Pinochet), uma separação entre o poder de Estado (fraco) e o aparelho repressivo (que se manteve *intacto*, aparentemente leal ao poder de Estado, mas *não dominado* por ele, nem acompanhando o seu enfraquecimento: o que lhe permitiu esmagá-lo, quando o poder do capital o levou a agir a seu favor).

— Em nenhuma das situações esquematizadas se verificam as circunstâncias excepcionais referidas por Engels na passagem se-

¹ P. 226.

SITUAÇÃO DE DEMOCRACIA BURGUESA ESTAVEL	«SAIDA» AUTORITARIA DE DIREITA	«SAIDA» REVOLUCIONARIA	SITUAÇÃO PRE-REVOLUCIONARIA PORTUGUESA	SITUAÇÃO PRE-REVOLUCIONARIA TIPICA	
Institucionalizado (Nulo, em termos de legalidade revolucionária)	«Esmagado» por (3)-(4)	Forte <i>Coincide</i> c/ o poder de Estado	Força crescente até Set. (Nov.) 75 Força decrescente depois de Nov. 75 C/ força institucional até Set. (Nov.) 75 Força decrescente depois de Nov. 75	Forte <i>Efeito:</i> Legalidade revolucionária	Movimento de massas (1) Direcção política (2)
forte Determina (4)	Forte <i>Coincide</i> com (4)	Fraco Submetido a (1)-(2)-(3)	Força decrescente até Set. (Nov.) 75 Força crescente (na expectativa) depois de Nov. 75	Fraco <i>Efeito:</i> «Degradação económica»	Poder do capital (3)
Forte, mas apresentando-se como «Arbitro Social», embora determinado por (3)	Forte <i>Coincide</i> com (3)	Forte <i>Coincide</i> com (1)-(2)	Fraco Ligeiramente fortalecido após Nov. 75	Fraco Impulsionado por (1), ao qual <i>tem</i> de ceder	Poder de Estado (4)
Fraco, no sentido «violência física» Forte, no sentido «ideológico»	Forte Utilizado contra (1)-(2)	Forte Inimamente ligado a (1) Utilizado contra (3)	Fraco. Desarticulado Efeitos típicos até Set. (Nov.) 75 Fortalecimento gradual após Nov. 75	Fraco. Desarticulado <i>Efeitos:</i> «Permite» que se reforcem os dois efeitos acima	Aparelho de «coesão social» (repressão) (5)

guinte da *Origem da Família*: «(...) O Estado (...) é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, a que domina do ponto de vista económico, e que, graças a ele, se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para domar e explorar a classe oprimida. (...) Excepcionalmente, no entanto, há períodos em que é tão próximo o equilíbrio das classes em luta que o poder do Estado, como pseudomediador, mantém por algum tempo uma certa independência relativamente a ambas» (p. 157). Todos os exemplos que dá Engels são de Estados fortes: os Estados absolutistas dos séculos XVII e XVIII, os impérios bonapartistas (sobretudo o segundo), o império alemão bismarquiano. Nas situações pré-revolucionárias, o Estado não tem força para se impor como pseudomediador: fá-lo em discurso, mas, na realidade, é um Estado que se *apaga* perante a luta de classes, desenfreada, que o devora, a ele próprio, por dentro (caso das Forças Armadas, por exemplo).

— Pode observar-se no quadro que uma eventual saída «democrática» da crise portuguesa pressuporia uma institucionalização da luta de classes e uma prevalência do aparelho de repressão ideológico sobre o aparelho estritamente repressivo. As duas coisas parecem-nos dificilmente compatíveis.

— Não deve ver-se neste quadro qualquer espécie de «teorização esquemática». É apenas um *auxiliar* do raciocínio político, que de nenhum modo dispensa o aprofundar da complexidade dos processos concretos (por exemplo, a inserção neles da «pequena-burguesia» — ver as «conclusões» do Cap. III).

ANEXO 4¹

NACIONALIZAÇÕES & ABERRAÇÕES²

Por ser exemplar, vamo-nos referir a uma carta de um leitor a um quotidiano lisboeta, que merece uma resposta que não teve. Conta esse leitor (*D. N.* de 30-3-76) a aberração que, a seu ver, representa o facto de as relações entre seguradoras, companhias de navegação e Estado (tribunais) se continuarem a processar, quando existem litígios, exactamente como antes de terem sido nacionalizados aqueles dois sectores (seguros e transportes marítimos). Escreve: «Assim, qualquer acção proposta significa, nem mais nem menos, que o Estado (seguradora), intenta acção contra o Estado (empresa de navegação), para ser julgada pelo Estado (tribunal). Julgada a acção, a parte condenada (Estado) paga à vencedora (Estado) uma quantia que é retirada de uma gaveta do Estado para entrar noutra gaveta do Estado. E, para finalizar esta dança monótona, o Estado paga a si mesmo o preço das custas desta acção absurda.» E lamenta o ter de, para isto, «se pôr em movimento uma máquina infernal consumidora de energias e trabalho aturado». Conclui afirmando que «uma lei de pequeno articulado bastaria para evitar que o Estado litigasse contra si próprio, para ser ele próprio a julgar!» A qualquer cidadão com os parafusos todos, isto parece claro como água, e é natural que se ponha a questão: mas como é isto possível, como é que ainda ninguém pensou nisso?

¹ P. 241.

² Publicado em *A Gazeta da Semana*, 22-28 de Abril de 1976.

Nós poderemos acrescentar: e não será igualmente absurdo que a Banca (Estado) faça empréstimos com aval do Estado (Governo, neste caso) a empresas nacionalizadas ou sob intervenção (ainda Estado) em parte para que estas possam liquidar encargos financeiros de empréstimos anteriores à mesma Banca (Estado)? E que empresas nacionalizadas (Estado) de um mesmo sector (ou de sectores diferentes) continuem a mover-se umas às outras concorrência, a manter sigilo entre si quanto a intenções de investimento, a políticas comerciais, etc., etc., acabando, com isso, por se prejudicar mutuamente, logo, a prejudicar o Estado, logo a si próprias? Sem falar no que tudo isto, como no caso citado na referida carta, representa de energias despendidas, de esforços desperdiçados, de papelada a circular, de «vistos» necessários.

A resposta a estas dúvidas é, no entanto, simples. A «lei de pequeno articulado» que bastaria para resolver estes problemas seria, sem dúvida, das *mais revolucionárias* que até aqui se terão publicado: ela poria em causa a noção de rendibilidade de cada uma das empresas afectadas. Com efeito, enquanto a seguradora, ou a companhia de navegação, ou a empresa adubeira, ou o Banco X (e nem sequer a Banca, no seu conjunto) funcionar individualmente em termos de «lucro», é-lhe indispensável não desperdiçar qualquer receita que para ele contribua, ou qualquer investimento ou manobra comercial que tenha o mesmo efeito. A eliminação destas *aberrações* significaria a adopção de uma óptica de «utilidade social», de minimização de desperdícios, etc., que iria desequilibrar seriamente a «contabilidade» clássica de cada uma dessas empresas, que iria conduzir a que umas empresas fossem «prejudicadas» em relação a outras: o que implicaria, da parte dos próprios trabalhadores dessas empresas, uma consciência política muito forte e, sobretudo, uma *total* confiança no Estado, que agiria então como racionalizador-compensador (com base num sistema de preços correspondente a uma política revolucionária e suportando os encargos diferenciais daí resultantes — isto numa fase naturalmente ainda não planificada). Mas como estas coisas são como as cerejas, isso, por sua vez, implicaria que esses mesmos trabalhadores *se reconhecessem* nesse Estado, que nele tivessem uma participação fundamental, que ele fosse *deles*.

Ora isto nunca aconteceu. Essa confiança nunca chegou, assim, a existir. Os próprios trabalhadores, muitas vezes conscientes dessa

contradição, viram-se na contingência de defender os interesses da *sua* empresa (não confundir com os do seu patrão — o que também aconteceu em certos casos —, pois estamos a falar de empresas nacionalizadas). É por isso que o sistema capitalista não chegou a ser atingido nos seus fundamentos. Por isso que a tal «lei de pequeno articulado» nunca surgiu.

ANEXO 5¹

TEXTO I: ENTREVISTA
AO DIÁRIO DE NOTÍCIAS
(EXTRACTO)²

(...)

«D. N.» — *O senhor secretário de Estado, ao referir-se ao controlo da produção, falou de outras formas e sistemas que, no seu entender, são mais progressistas do que as próprias nacionalizações. Poderá especificar essas formas?*

Secretário de Estado da Indústria — O que digo é que há formas de controlo com potencialidades para poderem vir a revelar-se mais progressistas, mais «avançadas» na fase actual, do que as próprias nacionalizações.

Na base de uma nacionalização, temos o Estado a tomar directamente o lugar do empresário, o que pode conduzir a uma mera substituição de administradores, se não houver dentro dos sectores nacionalizados, e rapidamente, uma dinâmica muito grande por parte dos trabalhadores no sentido de uma participação activa no próprio processo de reestruturação desses sectores e dessas empresas.

Portanto, com as nacionalizações há um risco: o de se dar uma simples substituição de administrações. E esse risco depende

¹ P. 243.

² Publicada no *Diário de Notícias*, 17-6-75.

da própria dinâmica dos trabalhadores. Eles terão uma palavra decisiva, mas a nacionalização, como tratamento de choque, pode, só por si, dar uma tranquilidade excessiva às próprias massas trabalhadoras com o argumento: «Agora, isto é nosso, pois o Estado tomou conta...»

Ora, as formas de controlo que não implicam imediatamente a nacionalização podem ser exercidas, por exemplo, por órgãos do Estado e, conjuntamente, por órgãos representativos dos trabalhadores, que se aplicam a fazer o chamado controlo de produção, a nível sectorial.

Há, portanto, um conjunto de empresas, há comissões de trabalhadores ou de controlo de produção. O Estado, por sua vez, em ligação com essas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impor determinadas normas, intervir na repartição de investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas.

E, quando digo que este esquema é progressista, é neste sentido. Um esquema destes apela, de facto, para uma vigilância permanente das próprias comissões de trabalhadores, através da sua participação no órgão estatal e da sua acção a nível das empresas, o que, repito, pode ser, potencialmente, mais progressista do que, em certos casos, uma nacionalização imediata.

Isto, no entanto, não significa que não haja sectores em que só é concebível, como, aliás, já aconteceu, a nacionalização imediata, até porque eram os centros de acumulação monopolista. Essas nacionalizações teriam, pois, que ser feitas e ainda, provavelmente, haverá outras.

Há, porém, outros sectores em que a experiência do outro tipo me parece mais aconselhável.

«D. N.» — *Esses sectores coincidirão com aqueles em que predominam as pequenas e médias empresas, ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?*

Secretário de Estado da Indústria — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estaleiros navais. Neste momento, está mesmo a criar-se uma comissão instaladora de um órgão de controlo desse tipo neste sector, cuja estrutura é muito heterogénea.

Na verdade, para além de três grandes estaleiros — Lisnave, Setenave e Viana do Castelo —, que têm problemas muito específicos, há, neste sector, um conjunto de algumas dezenas de estaleiros, alguns dos quais muito pequenos e que até estão, neste momento, em regime de cooperativa de produção. Outros há de média envergadura, e outros até já com uma razoável dimensão e capacidade — São Jacinto, Mondego, etc., etc. Tudo isto tem, pois, que ser articulado, pois há um equipamento produtivo importante, mas que está completamente desajustado e com problemas de ocupação.

E é nesse sentido que se está a lançar a experiência, estando já os trabalhadores a participar activamente na elaboração desse esquema.

Um outro caso, que posso citar, é o de um conjunto de quatro empresas metalomecânicas médias que estão, por vias diversas, sob controlo do Estado. Estas empresas apresentam complementaridades tais que nos levaram a pensar que seria viável a elaboração de projectos comuns, tirando partido dos equipamentos, das instalações e das capacidades técnicas. Os trabalhadores já criaram, inclusivamente, um secretariado comum a essas empresas e nós, Ministério da Indústria, vamos criar um grupo de trabalho para coordenar os vários projectos comuns.

Mas, o importante é que isto está a ser feito com a participação directa das comissões de trabalhadores das várias empresas. É, também aqui, um esquema um pouco diferente das outras experiências, pois, caso a caso, as situações são diferentes, exigindo soluções diferentes.

(...)

«D. N.» — *É, pois, nesta óptica de dinamização sectorial que o Ministério da Indústria vê o essencial do problema do controlo da produção?*

Secretário de Estado da Indústria — O controlo de produção pelos trabalhadores é uma questão que tem sido pouco debatida e não me é possível agora desenvolver o tema. Quero apenas acen-

tuar que o que temos estado a ver constitui o contributo do Ministério da Indústria para que tal controlo tenha uma área de aplicação mais vasta que a da empresa isolada, e para que, portanto, os trabalhadores comecem a intervir na própria «gestão social». Mas o essencial do problema não reside nisto: reside na consciência dos trabalhadores de que o controlo da produção é uma acção eminentemente política e revolucionária, e nas formas justas que saibam encontrar caso a caso, para exercer essa acção que, como é evidente, ultrapassa largamente o campo estritamente sindical. E não me venham acenar com o espectro da autogestão e dos seus riscos num contexto capitalista. Quer se goste quer não, há hoje em Portugal numerosas experiências muito positivas de autogestão, não só no sector industrial, que compete precisamente aos órgãos de controlo sectorial sustentar e apoiar — em conjunto com outras formas de controlo da produção a nível empresarial —, e cujos riscos poderão ser minimizados se se encontrarem formas de «contabilidade social» de transição que gradualmente subtraíam o sistema económico à lógica do lucro privado. Tudo isto está por discutir, mas é de vital importância política.

(...)

TEXTO II: NOTAS SOBRE
«CONTROLO DE PRODUÇÃO»³

— Há dois pontos a esclarecer à partida:

- que se entende por «controlo da produção»?
- que papel cabe ao Governo neste campo?

1 — Convém partir de uma definição provisória, que constitua uma hipótese de trabalho: por *controlo da produção* entender-se-á uma acção, por parte dos próprios trabalhadores, tendente a assegurar que a unidade produtiva (ou sector) em que se inserem está a ser utilizada da forma mais adequada, tendo em vista o esforço colectivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista.

Esta definição é obviamente muito genérica, pois deixa em aberto todos os conflitos e contradições a serem superados, pelos próprios trabalhadores, no decurso do processo revolucionário, em torno de questões essenciais, como sejam: a natureza do produto e das tecnologias adoptadas, a necessidade de ultrapassar o «egoísmo de empresa» (ainda susceptível de subsistir durante um período mais ou menos longo, em função da maior ou menor aceleração do processo de transição), a gradual transposição dos conceitos tradicionais de rendibilidade empresarial para o de oportunidade social, a articulação entre empresas e entre sectores (em diversos domínios), enfim, e mais importante, a própria «construção» dialéctica de um modelo de socialismo que ganhará forma precisa-

³ Texto de trabalho, preparado no âmbito do Ministério da Indústria, IV Governo Provisório.

mente através das sucessivas resoluções das contradições anteriores, no quadro da luta de classes, que em larga medida as determinará no seu conteúdo e no seu ritmo.

O mesmo é dizer que o controlo da produção não poderá ser entendido como um fim, mas como um meio, entre outros, de efectuar *na prática* a revolução socialista ou, mais correctamente, de a atingir a mais breve prazo, evitando simultaneamente os conhecidos inconvenientes de uma «estatização» de cima para baixo.

2 — Admitindo-se que o controlo da produção é um processo por excelência de inserir as iniciativas dos trabalhadores num processo que é afinal o da sua própria luta por uma sociedade socialista; admitindo-se ainda que tal intervenção é vital se se pretender obstar a pragmáticas motivações de «reconstrução nacional» que adiam a revolução para quando ele estiver terminado (a exemplo do que sucedeu nos países europeus ocidentais no pós-guerra); e sendo certo, aliás, que, na actual fase do processo de luta de classes em Portugal, tal motivação desmobilizadora dificilmente encontraria eco nas massas trabalhadoras — tudo isto considerado, parece que ao Governo, bem como ao Conselho Superior da Revolução, competirá não só suscitar um largo debate sobre o assunto, como sobretudo definir uma clara política de apoio a experiências já em curso, e bem assim promover a articulação das iniciativas que nesse campo se venham a desenvolver nas empresas nacionalizadas ou com participação do Estado, e nos sectores em que venham a ser adoptados esquemas de «gestão sectorial».

3 — Para a definição dessa política e para o enquadramento dessas formas de articulação, podem desde já propor-se à reflexão alguns pontos importantes. Assim:

a) Dada a actual estruturação sindical, ainda muito impregnada, e naturalmente, da «vocação» profissional que imperava — e bem se compreende porquê — antes do 25 de Abril (os próprios contratos verticais já existentes ou em curso de negociação exigem um prévio acordo — e a própria presença à mesa das negociações — de numerosos sindicatos profissionais), julga-se que, em termos de «controlo da produção», deverão ser «comissões de controlo da produção», eleitas na própria empresa pelos respecti-

vos trabalhadores, a desempenhar-se dessa função. Nas empresas em que os trabalhadores decidam exercer o direito de controlo da produção, a assembleia geral dos trabalhadores elegerá aquela comissão ou atribuirá à comissão de trabalhadores ou à comissão sindical já existente, ou a parte delas, essa função específica.

b) No plano da integração das formas de controlo da produção, há que distinguir os sectores muito concentrados dos sectores muito pulverizados, quer em número e dimensão de empresas, quer geograficamente — sem esquecer as situações intermédias. Enquanto que, para os primeiros, é relativamente fácil encontrar soluções que, partindo do controlo a nível de empresas se integrem sem dificuldade em esquemas de «gestão sectorial» a instituir, já para os segundos haverá que imaginar soluções de muito maior flexibilidade. Convém ter presente que, em tais casos, provavelmente será a partir dos problemas de reestruturação sectorial que as primeiras formas integradas de controlo poderão surgir — independentemente de experiências isoladas, cujo contributo poderá, por vezes, ser de grande importância política e social. Trata-se, afinal, de efectuar um encontro entre estruturas de controlo de iniciativa governamental e estruturas de controlo provenientes da base. Em última análise, põe-se aqui o problema da própria transformação radical do aparelho de Estado, bem como da sua própria função — sem o que não haverá sociedade socialista.

c) Uma terceira situação, em que a questão do controlo da produção se porá de imediato, é obviamente o dos sectores ou empresas nacionalizadas (e também as empresas hoje sob controlo do Estado, por via de intervenções ao abrigo do Decreto-Lei 660/74). Aqueles sectores ou empresas vão, sem excepção, ser objecto de «reestruturações» tendentes, de um modo geral, à constituição de empresas públicas. Entre as comissões de trabalhadores e as comissões de reestruturação terá de haver uma discussão aberta sobre o «controlo da produção», envolvendo não só os problemas de exploração, de programas de produção, de autonomia nos locais de trabalho, de fiscalização da gestão (admitindo o não interesse dos trabalhadores em fórmulas de co-gestão ou mesmo, de imediato, de autogestão), etc., mas também a participação no estudo de programas de expansão e de investimento, na política comercial, etc.

Quanto às empresas objecto de «intervenções», elas poderão

ser locais de experiência de fórmulas concretas, a nível empresarial, a integrar futuramente no controlo a nível sectorial.

d) Quer às comissões administrativas das empresas sob controlo do Estado, quer aos órgãos de «gestão sectorial» a criar e às comissões de reestruturação dos sectores nacionalizados, devem ser dadas certas orientações e marcados certos princípios pelos quais deverão balizar a sua acção neste campo. Sugerem-se desde já alguns princípios orientadores:

- os trabalhadores deverão ter a faculdade de organizar o trabalho a nível de oficina ou de serviço, devendo ficar claras as responsabilidades, quer do ponto de vista de produção, quer do ponto de vista disciplinar;
- as comissões de controlo da produção terão acesso a todas as informações indispensáveis ao acompanhamento, discussão e fiscalização da gestão técnica, financeira e comercial;
- as comissões de controlo da produção terão a faculdade de propor e/ou discutir programas de investimento, ampliação e/ou reconversão da empresa, devendo ser informadas (por forma a definir) de planos ou projectos exteriores à empresa — do mesmo sector ou de outros com ele relacionados — que possam ter incidência nesses programas;
- a menos de casos excepcionais, e que terão *a posteriori* de ser plenamente justificados, terão as comissões de controlo da produção acesso a todas as informações de ordem «confidencial»; essas comissões julgarão em plena responsabilidade da conveniência ou não de transmitir essas informações aos trabalhadores que representam.

4 — Em termos de acções concretas por parte do Governo neste campo, julga-se que elas se deveriam limitar a:

a) Publicação de um diploma integrando os princípios fundamentais contidos neste texto, ou os que venham a resultar do debate a nível de Governo sobre o assunto, suficientemente flexível para permitir uma importante margem de autonomia e de iniciativa por parte dos próprios trabalhadores;

b) Lançamento de um amplo debate sobre este tema, que permita trazer ao conhecimento geral numerosas experiências nacionais e estrangeiras, e efectuar a respectiva apreciação crítica.

Entende-se que tal acção teria de ser fortemente apoiada num leque de medidas tendentes a criar um clima colectivo de mobilização, que dê claramente a noção de quais os objectivos *colectivos* em que se enquadra, e de que é apenas um meio, o controlo da produção. O programa de dinamização do Movimento das Forças Armadas pode igualmente desempenhar um relevante papel neste domínio.

TEXTO III: CONTROLO OPERÁRIO E PODER POLÍTICO ⁴

Se é certo que a prática e a teoria devem permanentemente confrontar-se para que as acções desenvolvidas pelas massas trabalhadoras constituam efectivos avanços revolucionários, torna-se urgente discutir, nesta perspectiva, a questão do controlo operário, reflectir sobre os múltiplos caminhos que até agora se têm, neste campo, mais ou menos espontaneamente trilhado.

Vejam algumas perguntas que contêm o essencial das questões teórico-práticas do controlo operário na fase actual: tem sentido lutar pelo controlo operário, impô-lo *antes* da conquista do poder político pelos trabalhadores, ou, pelo contrário, trata-se de uma exigência que fundamentalmente se apresenta *depois* dessa conquista do poder, de forma a consolidá-lo? Admitindo que é uma luta a travar desde já, não deverá, mesmo assim, ter o controlo operário funções e objectivos distintos *antes* e *depois* da conquista do poder? E, antes dessa conquista, no período mais ou menos prolongado que a antecede, como articulá-la com a evolução da relação das forças políticas em presença, com o desenvolvimento e agudização da luta de classes? Qual a forma mais correcta, e o nível mais adequado, para efectuar esse controlo? Devem privilegiar-se, nessa luta, as formas de organização de base, ou as «instituições» representativas de classe? Como distinguir com precisão o controlo operário de formas de co-gestão ou de colaboração de classes? Quais as relações entre controlo e gestão, de um modo geral e a diversos níveis, antes e depois da conquista do poder? Na fase actual, deve o problema ser colocado de forma diferente segundo se trata de empresas privadas, nacionalizadas, cooperativas de produção, etc.?

De todas estas questões, a primeira é sem dúvida decisiva, já que a resposta que lhe for dada condiciona, de certo modo, todas

⁴ Publicado em *República*, 4-11-75.

as outras. Vale, pois, a pena aprofundarmos um pouco a discussão desse ponto, que não é mais, afinal, que o das relações entre o controlo operário e o poder político. E isto é tanto mais importante quanto é certo que algumas organizações políticas com maior implantação no proletariado sempre privilegiaram, *até ao aparecimento do VI Governo*, a luta sindical (a luta pelo poder nos sindicatos, mas também a canalização das lutas dos trabalhadores através da via sindical) sobre a luta pelo controlo operário, naturalmente muito mais dispersa e difícil de controlar pelas cúpulas sindicais e partidárias. Em certa fase, mais ou menos coincidente com a vigência do IV Governo, tentou-se mesmo associar «organicamente» as duas coisas e institucionalizar o controlo operário por meio do aparelho sindical e a ele submetido.

Tudo isto tem que ver com a ideia, que prevaleceu até ao VI Governo (e sobretudo depois do 11 de Março), de um «evolucionismo» do poder burguês em direcção ao socialismo, isto é, com a ideia de que um «Estado ao serviço dos trabalhadores», embora ainda não fosse o «poder dos trabalhadores», poderia *gerir* a evolução de Portugal *rumo ao socialismo* por forma controlada até que, um belo dia (quando?, determinado por quem?), muito tranquilamente o poder fosse enfim *entregue* aos trabalhadores. Ora acontece que uma revolução não se faz pela simples vontade que tenham de a fazer uns quantos dirigentes políticos, e muito menos ainda quando são legítimas todas as dúvidas quanto à vontade apregoada por muitos deles. Se após o 25 de Abril os trabalhadores portugueses tivessem ficado parados à espera que lhes oferecessem a revolução, nenhuma conquista, nenhuns avanços teriam sido conseguidos. As lutas de fábrica, as ocupações de terras, os desenvolvimento das estruturas populares e a sua acção, as grandes mobilizações de massas — aí está a chave dos triunfos alcançados. No que respeita ao controlo operário, se os vários Governos que se sucederam mostraram tão pouca pressa em tomar decisões, isso deve-se a que se trata de uma *intervenção* de massas que se desenvolve fundamentalmente a partir das unidades de produção, tendo por isso um enorme potencial *subversivo* das estruturas capitalistas do poder. Por isso mesmo, e enquanto são dominantes os mecanismos de produção e circulação capitalistas, não pode deixar de ter um efeito desagregador; por isso mesmo é uma intervenção (uma luta) eminentemente política. Qualquer «batalha

da produção» lançada por um Governo que não seja o Governo dos trabalhadores — ainda que se diga «ao seu serviço»... —, se vê obstruída e contrariada pelas estruturas de controlo operário a nível empresarial, que tendem a constituir um duplo poder dentro das empresas.

Vê-se assim facilmente que *antes* da conquista do poder pelos trabalhadores (no tal período *mais ou menos prolongado* que a antecede: a sua duração está intimamente relacionada com este mesmo processo de luta, com a capacidade de mobilização e de organização que os trabalhadores revelarem) o controlo operário tem um sentido e uma função muito precisos: a criação de um «poder operário» de base, capaz não só de exercer uma vigilância apertada sobre a acção dos empresários (sejam eles privados ou públicos), mas ainda de se constituir em órgãos de vontade democrática dos trabalhadores no sentido de conservação do potencial produtivo e do emprego, prefigurando as novas relações de produção e *de poder* na futura sociedade. Esta acção não pode deixar de ser, como já se viu, profundamente desagregadora. E aí se põe outra questão essencial: devem ser os próprios trabalhadores a «gerir» tal desagregação, isto é, a tentar conseguir que o ritmo dessa desagregação se adegue ao ritmo de crescimento da sua força organizada (pois a não ser assim, os trabalhadores correm o risco de se ver obrigados a uma prova de força para que não estão preparados)? Isto quer dizer que a luta pelo controlo operário terá de ser «organizada», deverá, sempre que possível, ser articulada sectorialmente, deverá ser desenvolvida de modo a que, *após* a conquista do poder, exista uma estrutura mínima de controlo e planificação (talvez melhor, de coordenação) que permita evitar, nesse momento vital, o desmoronamento completo do sistema produtivo. Pois, nessa altura, a batalha da produção estará, de facto, na ordem do dia, e na ausência de uma estrutura forte de poder operário de base, um novo e terrível inimigo se perfilará no horizonte: a burocracia (de Estado, partidária, sindical, etc.).

Em resumo: *antes* da tomada do poder, o controlo operário opor-se-á à *recuperação capitalista*; *após* a tomada do poder, opor-se-á à burocratização de um «capitalismo de Estado» que será quase inevitavelmente a forma inicial da fase de transição, forçando — de forma organizada e não anárquica — a efectiva intervenção das massas na construção do socialismo.